

Aumento de capital do BID pode implicar poder de veto dos EUA

por Maria Helena Tachinardi
de Washington

O mexicano Antonio Ortiz Mena, presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) que ainda tem três anos de gestão pela frente, está no fogo cerrado de uma discussão que já dura dois anos, sem solução: o sétimo aumento de seu capital deverá implicar um poder de veto dos Estados Unidos que detém 34% do poder de voto.

O Brasil não apóia a tese do poder de veto norte-americano porque somente teria a perder com isso. Fontes do governo lembram que o Brasil, juntamente com a Argentina, o segundo maior acionista do BID (11% cada um do poder de voto da instituição) poderia ter projetos vetados pelos Estados Unidos com os quais mantém divergências em pelo menos quatro pontos: a discussão sobre serviços no Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), ecologia, o contencioso na área de informática e a dívida externa.

Até agora o BID funcionou muito bem sem esse poder de veto, comenta um funcionário. "Por que agora, no sétimo aumento de capital, quando os Estados Unidos estão contribuindo cada vez menos com novos recursos haveríamos de ser simpáticos a essa proposta?"

O fato é que no sexto aumento de capital, para cobrir o período 1983-86, destinado a um programa de empréstimos de US\$ 13 bilhões o BID pediu aos países membros 9 bilhões de dólares para completar suas necessidades e, no sétimo aumento, para a fase 1987-90 está solicitando a mesma quantia de recursos. Isso significa que cada vez menos os sócios do banco têm de desembolsar capitais.

O BID está aumentando sua participação nos recursos próprios através de retornos dos empréstimos que vem fazendo ao longo de seus 27 anos de operação. Ocorre que os Estados Unidos vêem neste momento a única oportunidade de jogar com a pressão do poder de veto, pois certamente no oitavo aumento de capital terá de aportar menos recursos uma vez que competirá ao BID ampliar sua capacidade de financiar os projetos.

No sétimo aumento de capital, que deverá ser um tema importante da agenda da próxima assembléia de governadores, em março, em Caracas, para um programa de empréstimos, de US\$ 20 bilhões, o banco entrará com US\$ 11 bilhões em relação a US\$ 4 bilhões que aportou no último aumento de seu capital.

Na verdade os Estados Unidos já têm um poder de veto sobre o Fundo de Operações Regulares (FOE) que representa uma pequena parcela do capital da instituição — cerca de US\$ 2 bilhões desses, o próprio BID entra com US\$ 1,8 bilhão.

Desde o início de seu funcionamento o Banco Inte-

ramericano financiou US\$ 33 bilhões à América Latina e ao Caribe.

A contrapartida desses países foi de US\$ 67 bilhões. Os financiamentos do BID têm se tornado uma importante oportunidade para a expansão das empresas brasileiras de consultoria e de engenharia que cada vez mais ganham concorrências não só no Brasil como Bolívia, Chile e Venezuela.

O BID é integrado por 44 países, sendo 17 fora da região, como os da Europa Ocidental, Israel, Japão e Iugoslávia. Os membros não regionais detêm, em conjunto, 8% do poder de voto, enquanto o Canadá, que aderiu mais tarde ao quadro de acionistas, tem 3,7% das ações.

Nos últimos oito anos 80% dos recursos do banco são levantados nos mercados europeus.

Além da assembléia de governadores, o seu órgão principal, onde tem assento os ministros da Fazenda e os presidentes dos bancos centrais de 44 países, o BID tem uma diretoria executiva com 12 titulares e 12 alternos. O seu terceiro órgão mais importante é a gerência de operações que tradicionalmente cabe ao Brasil. No momento, é comandada por Rubens Vaz da Costa.